

## A formação continuada enquanto política pública: ações e programas para atender às necessidades dos professores

Adrinelly Nogueira<sup>1</sup>

Maria Célia Borges<sup>2</sup>

### Resumo

Este estudo teve como objetivo entender a *formação continuada enquanto política pública* em um município do Triângulo Mineiro. Baseou-se em uma pesquisa qualitativa, orientada epistemologicamente pela abordagem dialética. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram utilizados os seguintes: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa empírica utilizou-se questionários *online* como instrumentos para a coleta de dados. Conclui-se que para os professores e gestores políticas públicas são ações e programas desenvolvidos para atender às necessidades e interesses do povo. Constatamos que existe um projeto de formação continuada para os professores no município, mas são necessárias novas perspectivas em relação às políticas públicas e práticas educativas da rede.

*Palavras-chave:* Formação Continuada; Políticas Públicas; Mercantilização.

---

### Continuing education as a public policy: actions and programs to meet the needs of teachers

### Abstract

This study aimed to understand continuing education as a public policy in a city of the Triângulo Mineiro. It was based on a qualitative research, epistemologically guided by the dialectical approach. As for the data collection procedures, the following were used: bibliographic, documental, and field research. The empirical research used online questionnaires as instruments for data collection. We conclude that for teachers and managers public policies are actions and programs developed to meet the needs and interests of the people. We found that there is a continuing education project for teachers in the municipality, but new perspectives are needed regarding public policies and educational practices in the network.

*Keywords:* Continuing Training; Public Policies; Mercantilization.

---

## Introdução

O presente artigo é um recorte da tese de doutorado defendida em uma Universidade Pública Federal, cujo objetivo foi compreender como as políticas públicas de formação continuada de professores da Educação Básica, no Brasil, influenciam as políticas de formação continuada dos professores de um município do Triângulo Mineiro, no período 2014-2019.

Do ponto de vista teórico-metodológico optamos pela pesquisa qualitativa, e para orientar epistemologicamente a realização do trabalho, utilizamos a abordagem dialética. Logo,

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, [adrinelly@hotmail.com](mailto:adrinelly@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação – FACED, Uberlândia-MG, [marcelbor@gmail.com](mailto:marcelbor@gmail.com)

do ponto de vista dessa perspectiva para o pensamento humano, o objetivo da pesquisa qualitativa é ir além da aparência “fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” (JOSÉ NETTO, 2011, p.22).

No que se refere ao nosso objeto de estudo, este precisou ser compreendido numa perspectiva que vá além do linear. Para tanto, em relação a coleta de dados, foi utilizada a seguinte modalidade: pesquisa bibliográfica (estudo de livros, artigos, teses etc.), buscando levantar diferentes subsídios, estabelecer uma revisão de literatura suficiente à compreensão do objeto de investigação. Foi realizada ainda uma pesquisa documental relativa às legislações, regulamentos, pareceres, em nível federal, estadual e municipal, bem como outros documentos oficiais pertinentes à realização da pesquisa.

Ademais, realizamos uma pesquisa de campo utilizando questionários online como mecanismo para a coleta de dados, aplicados a dez professores efetivos, que atuavam no Ensino Fundamental I da rede municipal, e a oito diretores das instituições escolares num município do Triângulo Mineiro. Na reflexão sobre os dados dos questionários as respostas foram categorizadas e ponderadas à luz da fundamentação teórica, as respostas encontradas foram distribuídas em categorias, os resultados apresentados e interpretados, com base no referencial teórico pesquisado, segundo a categorização de Minayo (2012).

Uma das categorias elencadas na pesquisa foi *formação continuada enquanto política pública*, que é analisada neste estudo. Nesse sentido primeiramente discutimos o conceito *política pública* e, em um segundo momento refletimos sobre a categoria *formação continuada enquanto política pública*, elemento de destaque na pesquisa realizada.

### **A formação continuada de professores no contexto das reformas neoliberais**

Inicialmente cabe entender o conceito de Política pública, são as ações do Estado, “[...] de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada” (HOFLING, 2001, p.31).

Para Silva (2014) “o termo ‘política pública’ associa-se, na modernidade, ao conceito de poder de Estado (ou sociedade política), a partir do conjunto de atividades que são assumidas pelo Estado na sociedade capitalista” (SILVA, 2014, p. 36). Desta forma, para a autora as políticas públicas são

[...] um mecanismo de resolução ‘pacífica’ dos conflitos pelo Estado, que busca direcionar seus esforços para manter uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis, entre os interesses de determinado grupo dominante e os interesses dos grupos subordinados, cumprindo assim sua função de reproduzir as relações e estruturas de poder na sociedade de classes outras (SILVA, 2014, p.37).

Logo, as políticas públicas são ações governamentais que têm como foco solucionar determinadas necessidades públicas. As políticas podem ainda ser sociais “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico [...]” (HOFLING, 2001, p.31).

Portanto, a educação seria “uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos” (HOFLING, 2001, p.31). Compreendemos que entre as políticas públicas estão as políticas educacionais, as quais fazem parte das políticas sociais de setores como a saúde, cultura e habitação. Dessa forma, as políticas educacionais visam garantir o direito social à educação por meio de leis, diretrizes, normas, ações dos governos em diferentes espaços.

O poder público não é o único definidor das políticas públicas, os organismos internacionais, junto aos interesses privados, disseminam suas diretrizes que incidem na sua formulação. Essa formulação é baseada em um discurso de modernização e globalização para justificar as ações do Estado. O neoliberalismo passou a ser um fator determinante que influencia e condiciona as políticas públicas de formação continuada no Brasil, sendo a diretriz que fundamenta a formulação dessas políticas.

E as principais recomendações dessa doutrina são:

1. Redução acentuada dos poderes do Estado na regulação da vida econômica e também dos direitos sociais, a fim de assegurar, segundo se garantia, maior

eficiência na atividade empresarial. 2. Privatizações em massa de empresas, mesmo nos setores de infraestrutura (energia, transportes e comunicações), bem como no setor de serviços públicos. 3. Generalizada abolição dos regulamentos administrativos em matéria econômica, mesmo nos setores em que tradicionalmente tais regulamentos sempre existiram, como crédito, câmbio, seguros, mercado de capitais, circulação internacional de capitais e comércio exterior. 4. Mudanças na política financeira estatal, com a eliminação dos déficits públicos, a redução da carga tributária (substituída em grande parte pela emissão de empréstimos públicos), e a supressão de subsídios estatais a certas atividades econômicas (COMPARATO, 2013, p.69).

Essas recomendações são seguidas na formulação das políticas públicas e constituem as diretrizes norteadoras das políticas públicas de formação continuada. E essa extensão da lógica do capital é percebida nas políticas públicas educacionais, reiterando que a “[...] educação está destinada a formar elites de poder ou dar a cada um o que sua função social lhe destina (SANFELICE, 2000, p.11).

O projeto neoliberal que passou a ser um fator determinante que influencia e condiciona as políticas públicas de formação continuada no Brasil, tem tido como um dos seus propagadores, na esfera global, o Banco Mundial que, desde o período do pós-guerra, “havia constatado que a ação militar direta não era apropriada para médio e longo prazos, assim como a educação e outras políticas voltadas para a pobreza seriam mais eficientes e duradouras na dominação dos países subdesenvolvidos” (SILVA, 2014, p.80). Assim, a educação, segurança e pobreza foram a base das reformas educacionais na América Latina e se tornaram elementos de controle dos organismos internacionais sobre os países subdesenvolvidos.

O Banco Mundial se dedica cada vez mais à propagação das diretrizes neoliberais e tem sido o mantenedor desses ideais, difundindo as diretrizes internacionais sobre a estruturação das políticas governamentais. Em seus documentos, por exemplo, a educação é a solução “para prevenir problemas da expansão capitalista em decorrência da marginalidade e da pobreza. Daí, a aprendizagem e a escola se prestam, em primeira instância, à solução de problemas sociais e econômicos dentro dos critérios do mercado global” (LIBÂNEO, 2016, p.46). Assim, a educação passa a ter o papel de reproduzir as forças do mercado, como ferramenta para formar trabalhadores adaptados às necessidades dos “senhores do mercado”.

Na perspectiva neoliberal, o Estado é estruturado conforme os ditames do mercado, controlado pela lógica do Banco Mundial e tem passado por uma descaracterização da sua

atuação sobre a qual cabe algumas ponderações. Desse modo, o Estado a favor da eficiência e da produtividade passa a contar com entidades públicas não-estatais “[...] surgindo um novo estado porque está sendo exigido que a organização do estado mude, se descentralize e terceirize atividades, a fim de poder atender à demanda por maior eficiência [...]” (PEREIRA, 2001, p.2).

Diante desse quadro de busca pela eficiência e produtividade, o Estado passou a restringir sua atuação social e a expandir seu financiamento ao capital, para garantir o aumento dos lucros, ampliou “as características de um Estado repressor do trabalho, estruturado centralmente no combate à organização sindical e outras conquistas trabalhistas, e de provedor de auxílios para o reerguimento do capital” (WELLEN, 2011, p.99).

Ante o exposto, compreendemos que os encaminhamentos das políticas públicas, bem como os programas e ações desenvolvidas em nosso país, são influenciados pelos princípios dos organismos internacionais. Fica evidente que o ideário neoliberal tem se propagado, com a abertura para o mercado, a criação do Estado Mínimo, com seu discurso de eficiência e eficácia. O desvendamento das entrelinhas nos mostra que nas políticas de formação continuada de professores, as marcas do neoliberalismo estão presentes, os programas e ações desenvolvidos têm tido como norte a formação de professores em tempo hábil para condicionaram a prática pedagógica aos ditames do mercado. Os kits reformas se configuram com seus traços capitalistas. Esses condicionantes têm se propagado aceleradamente na educação brasileira, diante dos aforismos do novo governo.

### **Formação continuada enquanto política pública**

As ações relacionadas à formação continuada dos professores fazem parte das políticas públicas e, em parceria o Estado, Município e Governo Federal, têm lançado ações visando a realização dessa formação. Nesse sentido, elencamos a categoria formação continuada enquanto política pública como questão a ser discutida.

Entendemos que antes de analisarmos como o município vem estruturando suas ações, é crucial retornamos à discussão que fizemos anteriormente sobre o que é uma política pública para posteriormente refletirmos sobre sua execução. Para tanto, partimos das falas dos gestores

e professores sobre essa questão.

Para apreendermos se os gestores compreendem o que é formação continuada enquanto política pública, é necessário entender o conceito que eles possuem de política pública. Por isso, indagamos “O que é uma política pública”? E as respostas foram as seguintes:

Quadro 1: Conceito de política pública para os gestores

Respostas
<i>“Trabalhar para o bem comum ao bom atendimento público” (G2)</i>
<i>“Ações que atendam a população” (G3)</i>
<i>“São propostas do poder público e de interesse público para a sociedade” (G4)</i>
<i>“Uma série de atividades (programas, ações etc.) pactuadas pelo poder público a fim de assegurar direitos da cidadania” (G5)</i>
<i>“São as ações a serem realizadas em um determinado serviço a ser prestado à sociedade” (G6)</i>
<i>“Políticas públicas dizem respeito aos programas e projetos que governo e sociedade desenvolvem, visando o bem coletivo, exigindo organização, subsídios e esforços de diferentes atores sociais” (G7).</i>

Fonte: Construído pela autora com base nas respostas dos gestores.

As falas dos gestores são condizentes porque assinalam que políticas públicas são ações, meios de assegurar cidadania e bem comum à sociedade. Dessa maneira, depreendemos que os gestores têm consciência que uma política pública é para assegurar o “bem-estar”, “as necessidades da sociedade”, o “bem comum”, e ainda “conjunto de ações entre o município, o estado e demais participantes para assegurar o bem comum, seja numa escola, num departamento público e demais entidades” (G8).

Para os professores, o que seria uma política pública? Constatamos que os professores possuem visões semelhantes às dos gestores em relação à conceituação de política pública. Segundo eles, elas são:

Quadro 2: Conceito de política para os professores

Respostas
<i>“Ações voltadas para atender as necessidades do povo” (P1)</i>
<i>“É aquela voltada para um bem comum” (P2)</i>
<i>“Uma forma de exercer os direitos de cidadania” (P3)</i>
<i>“São programas e ações governamentais propostas e desenvolvidas de maneira a atender necessidades da sociedade” (P4)</i>
<i>“[...] são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico” (P5)</i>
<i>“Interesses da população” (P6)</i>
<i>“Ações e programas do estado voltados para atender as demandas da sociedade atual” (P7)</i>
<i>“Políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos previstos na Constituição Federal para garantir o bem-estar da população” (P8)</i>

*“Normatização para trabalhos voltados à comunidade” (P9)*

*“É uma forma de trabalhar na rede pública de ensino” (P10)*

Fonte: construído pela autora, de acordo com a fala dos professores.

Compreendemos que os professores e gestores possuem uma conceituação básica do que sejam políticas públicas, coadunada à ideia que são ações e programas desenvolvidos para atender às necessidades e interesses do povo. A Secretaria Municipal divulga haver um propósito em assegurar que as políticas públicas de Educação sejam ampliadas visando atender a toda sociedade. Como temos discutido, as políticas públicas de formação continuada não têm atendido às necessidades de toda a população, mas, sim, a de uma minoria, detentora de preceitos ligados à mercantilização da educação, de modo adverso ao “bem comum” que desejamos. São suficientes os indícios que temos, desde 1990 políticas educacionais organizadas pelos organismos internacionais que “[...] presidem as políticas para a escola em nosso país, havendo razões para suspeitar que elas vêm afetando negativamente o funcionamento interno das escolas e o trabalho pedagógico-didático dos professores [...]” (LIBÂNEO, 2016, p.48).

Creemos que as políticas públicas de formação continuada precisam ser efetivadas e assumidas pelo Estado enquanto política pública, para que os profissionais da educação tenham suas necessidades atendidas. Cabe destacar que “não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública” (SOUZA, 2003, p.12), mas pode-se resumir que é um

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p.13).

No quadro atual em que os debates sobre contingenciamentos e cortes de verbas, como também o incentivo para o crescimento do setor privado em detrimento do público, têm prioridade nos discursos e ações dos governos, é importante que os educadores e toda a sociedade reafirmem seus direitos. Caso contrário, as mudanças que desejamos, enquanto sociedade para um mundo real, - organizada para o bem comum - serão lançadas ao vento, como vem ocorrendo.

Devemos levar em consideração que as políticas oficiais para a escola se apresentam “hoje em duas orientações curriculares complementares, subordinadas à lógica das políticas de contenção da pobreza, atendendo às estratégias de manter a competitividade no contexto da globalização e da diversificação dos mercados” (LIBÂNEO, 2016, p.48). Compreendemos, assim, que esse “bem comum” nem sempre parte das necessidades da população. Vejamos a fala da gestora G1:

*Entendo como sistema de metas e planos pensados pelos três entes federativos – união, estados e municípios – para alcançar o bem-estar da população. Porém, nem sempre essas políticas organizadas pelo governo representam de fato as necessidades apontadas pela sociedade de maneira geral. Por isso, a sociedade civil organizada se faz fundamental no processo de incidência junto ao poder público, cobrando políticas que tenham relação com as necessidades reais da população (G1).*

Concordamos com esta fala porque é necessário que a sociedade se organize e cobre, junto aos poderes públicos, a efetivação de políticas públicas que atendam a população em suas reais necessidades. Logo, é preciso que a sociedade e os profissionais da educação cobrem uma formação continuada que instigue sua autonomia, que parta das suas necessidades e práticas pedagógicas, que seja significativa para todos, tendo em vista a melhor qualidade de ensino para todos e todas.

Nesse sentido a categoria formação continuada enquanto política pública é crucial por entendermos que apenas uma política pública efetiva de formação continuada dos professores e, neste caso específico, os que atuam no Ensino Fundamental I, permitirá a superação de conflitos. Portanto, os programas e ações do governo devem deixar de ser apenas slogans nos atuais discursos e se tornarem propostas efetivas de mudanças.

Contudo, entendemos que não será fácil mudar este cenário, pois, vale recordar que tivemos um corte substancial de programas para a formação de professores no site da Capes<sup>3</sup>, atualizado em 13 de agosto de 2019, quais sejam: Novos Talentos, Programa de Apoio a laboratórios interdisciplinares de formação de Educadores (Life), Prodocência, Programa de

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programas-encerrados>. Acesso em: 01 junho 2021.



Cooperação Internacional (Programa STEM), Projeto água, Observatório da Educação, Pibid Diversidade, que constam como encerrados. Esses cortes são reflexos da contenção orçamentária do atual governo e, diante deles, é impossível tornar a formação continuada uma política pública efetiva. Como exemplo, temos presenciado idas e vindas de ações das políticas de governo, com projetos que logo sofrem interrupções, e investimentos que contribuem unicamente para o desenvolvimento do sistema capitalista.

Os autores Oliveira, Souza e Perucci (2018) ressaltam que a formação inicial e continuada está em xeque desde o governo Temer, no qual houve retrocessos em muitos aspectos, uma vez que eliminava “[...] direitos anteriormente conquistados, principalmente no que diz respeito à formação de professores, e, em decorrência disso, os programas de formação continuada passam a não fazer sentido, sendo, dessa forma, suspensos e/ou extintos [...]” (OLIVEIRA; SOUZA; PERUCCI, 2018, p.69). Salientamos que o atual governo tem seguido a mesma linha de raciocínio, ocasionando mais um depauperamento à profissão docente.

A formação continuada enquanto política pública é aquela que assegura o bem comum de todos os envolvidos no processo, atendendo às suas necessidades. Contudo, a diminuição de recursos prejudica a oferta de programas, impedindo que as reais necessidades sejam atendidas e comprometendo as potencialidades do trabalho pedagógico dos professores. Ações de caráter provisório e emergencial não resolverão as carências pedagógicas dos professores. Percebemos, assim, que em nível nacional a formação continuada não tem sido estruturada enquanto política pública e que esse aspecto influencia a tomada de decisões em nível estadual e municipal, visto que estas são reflexo dos pensamentos e reveses do governo.

Indagamos aos gestores participantes da pesquisa se no município existe uma política de formação continuada na rede pública de ensino. Todos responderam haver, sim, uma política de formação continuada na rede de ensino municipal. A G5 declarou que *“existe, e é regulamentada pelo Decreto nº 1590 de 09 de fevereiro de 2018”*.

Por conseguinte, verificamos que o Decreto citado instituiu a *“Política de formação dos profissionais da Educação Básica da rede municipal de ensino do Município”*, cujo objetivo é *“estabelecer seus fundamentos teórico-metodológicos e objetivos, e de organizar a proposta curricular dos cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação”* (UBERABA, 2018, p.49), a qual é coordenada pelo Departamento de Formação Profissional/Casa do Educador. A

formação continuada desenvolvida nas escolas fica sob a coordenação da equipe gestora<sup>4</sup>, norteadora pela Casa do Educador.

Os objetivos da Política Municipal de Formação dos Profissionais de Educação Básica são os seguintes:

I – contribuir para os avanços da qualidade social da educação e valorização profissional, ampliando as oportunidades de formação do pessoal do magistério para o atendimento das políticas deste nível educacional em todas as suas etapas e modalidades; II – promover a formação dos profissionais da educação básica comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo; III – instituir, na Casa do Educador [...], os Núcleos Formativos com a finalidade de desenvolver ações formativas, por meio de oferta de cursos e realização de pesquisas nas áreas dos conhecimentos científicos e didáticos, articulando teoria e a prática acerca dos temas elencados como essenciais para a profissão docente; IV – apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada pela Universidade Aberta do Brasil–UAB e pelas instituições de ensino superior em diferentes redes e sistemas de ensino, conforme estabelecido pela Meta 15 do PNE; V – promover o aprofundamento teórico-metodológico nos processos de formação dos profissionais nas Unidades de Ensino, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação na educação; VI – estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior para ampliar a oferta de cursos que atendam às necessidades da Rede Municipal de Ensino, bem como viabilizar a integração da educação básica com a formação inicial e continuada; VII – consolidar a Política Municipal de Formação dos Profissionais da Educação Básica, assegurando a unificação dos fundamentos teórico-metodológicos da formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino (UBERABA, 2018, p.49-50).

Já em relação ao projeto de formação continuada do município, o capítulo II do decreto relata que ele deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre o “Departamento de Formação Profissional/Casa do Educador e as Unidades de Ensino, envolvendo a consolidação do Fórum Municipal Permanente de Formação Continuada dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino” (UBERABA, 2018, p.50), que afirma que esta deve contemplar:

---

<sup>4</sup> §3º Considera-se equipe gestora, mencionada no parágrafo segundo deste artigo, os profissionais do magistério que desempenham as funções de Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico na Unidade de Ensino (UBERABA, 2018, p.49).

I – sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; II – as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nos contextos escolares; III – a consolidação da educação inclusiva por meio do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade; IV – a construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa; V – o acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica profissional; VI – as dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia; VII – o uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as). §2º As propostas curriculares para a formação continuada na Rede Municipal de Ensino abrangem diferentes áreas do conhecimento, contemplando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. §3º A oferta, o desenvolvimento e a avaliação de atividades, cursos e projetos de formação continuada, bem como os conhecimentos específicos, interdisciplinares, os fundamentos da educação e os conhecimentos pedagógicos, bem como as didáticas e práticas de ensino e as vivências pedagógicas de profissionais do magistério devem observar o estabelecido nas legislações em vigor (UBERABA, 2018, p.50).

Também questionamos aos professores “se existe política de formação continuada na rede pública de ensino”. As respostas foram unânimes e todos os participantes limitaram-se a dizer que “Existe, sim”. Por outro lado, uma professora declara: “*Sim, somos obrigadas a realizá-la, mesmo que não seja produtiva*” (P8). Percebemos nesse relato uma denúncia que muito nos intrigou. Entendemos que uma visão contraditória tem muito a narrar. Por essa razão, ao longo das nossas argumentações, buscamos ler as linhas e as entrelinhas para compreendermos, claramente, esse processo, bem como se ele é, ou não, produtivo, pois, analisar a formação continuada requer ouvir as múltiplas vozes que fazem parte deste processo.

### Considerações finais

Entendemos que o caráter neoliberal atribuído às políticas públicas no Brasil, a

interferência das diretrizes de organismos internacionais, bem como de entidades privadas, nas tomadas de decisões, representa os determinantes que condicionam as políticas públicas de formação continuada de professores do Ensino Fundamental I.

Concluimos que em relação à categoria, *formação continuada enquanto política pública*, os professores e gestores afirmam que políticas públicas são ações e programas desenvolvidos para atender às necessidades e interesses do povo. Constatamos que existe um projeto de formação continuada para os professores no município, que estes profissionais recebem apoio para participação, e que a formulação e execução desse projeto envolvem os setores responsáveis da Semed e a escola como um todo.

Entretanto, encontramos depoimento de profissionais que afirmaram que o processo não é produtivo, assim são necessárias outras perspectivas em relação as políticas públicas e práticas em relação à formação continuada dos professores da Educação Básica do município, a garantia por meio de investimentos e a elaboração de planos e projetos de formação, pois, estes, comumente, são interrompidos.

### Referências

COMPARATO, F. K. O capitalismo pós-industrial. *Revista Estudos do Século XX*. n.13, p.67-82, 2013. DOI: [http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622\\_13\\_4](http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_13_4). Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36797/1/O%20Capitalismo%20Pos-Industrial.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano XXI, n.55, p.30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

JOSÉ NETTO, P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: [http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf/at\\_download/file](http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf/at_download/file). Acesso em: 31 maio 2017.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.46, n.159, p.38-62, jan./mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143572>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, R.; SOUZA, W. M.; PERUCCI, L. S. Política de formação de professores nas últimas décadas no Brasil: avanços, desafios, possibilidades e retrocessos. *Roteiro*, Santa Catarina, v.43, n. esp, p.47-76, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v43iesp.16491>. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16491>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PEREIRA, L. C. B. Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v.52, n.1, p.5-24, jan. 2001. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v52i1.298>. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2001/78Ottawa-p.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SANFELICE, J. L. O compromisso ético e político do educador e a construção da autonomia da escola. *Nuances*, Presidente Prudente, v.VI, p.10-13, out. 2000. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/89>. Acesso em: 19 set. 2019.

SILVA, S. P. O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem: o pacto pela educação em Goiás. 2014. 249f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/709/1/SIMONIA%20PERES%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n.39, p.11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359019/mod\\_resource/content/1/T2%20Celina%20Souza%20Políticas%20publicas%20RCRH-2006-273.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359019/mod_resource/content/1/T2%20Celina%20Souza%20Políticas%20publicas%20RCRH-2006-273.pdf). Acesso em: 05 jan. 2018.

UBERABA (MG). *Decreto nº 1590, de 09 de fevereiro de 2018*. Institui a política de formação dos profissionais da educação básica da rede municipal de ensino de Uberaba, e dá outras providências. Uberaba: Prefeitura, 2018. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br:8080/portal/acervo/portavoz/arquivos/2018/1584%20-%2009-02-2018.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

WELLEN, H. A. R. Neoliberalismo, reforma do estado e o público-não-estatal: novos contornos entre o público e o privado. *Século XXI*, Santa Maria, v.1, n.2, p.95-114, jul./dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/223667254873>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/4873/2916>. Acesso em 24 set. 2019.

Recebido em junho 2021.

Aprovado em maio 2022.